



A DIMENSÃO ECONÔMICA DA RURALIDADE E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAMPO NO AMAZONAS¹

Matheus Pinto de Souza²

RESUMO

As novas determinações impostas pelo atual modo de produção capitalista alteram as estruturas socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, processos que podem ser observados no campo de diferentes formas, sendo o debate acerca do processo de produção do espaço agrário, bem como a relação campo-cidade, fundamentais para fomentar a busca por soluções dos conflitos inerentes ao dinamismo observado entre campo e cidade. Assim, através do método histórico-crítico-dialético, concatenado ao levantamento e análise bibliográfica e documental, buscamos compreender a configuração do espaço rural e as relações campo-cidade na Região Metropolitana de Manaus (RMM). Neste sentido, a ruralidade, compreendida enquanto concepção da vida no campo, agrega diferentes aspectos que perpassam o plano material e imaterial, considerando suas dimensões política, ambiental, cultural e econômica, desponta enquanto conceito chave para nossa análise, sendo evidenciada sua dimensão econômica. Nota-se que, no Amazonas, a produção advinda da agricultura familiar é majoritária quando considerado o PIB Agropecuário do Estado, além de ser a responsável pela atividade de grande parte da população residente no campo. Contudo, os investimentos no setor são escassos, o que dificulta o acesso dos pequenos agricultores à crédito e programas assistenciais voltados ao setor, revalidando a importância de estudos voltados ao espaço rural no Amazonas.

Palavras-chave: Ruralidade, Relação campo-cidade, Região Metropolitana de Manaus, Amazonas.

ABSTRACT

Les nouvelles déterminations imposées par le mode de production capitaliste actuel modifient les structures socioculturelles, économiques, politiques et environnementales, processus qui peuvent être observés sur le terrain de différentes manières, avec le débat sur le processus de production de l'espace agraire, ainsi que la terrain-ville, fondamental pour favoriser la recherche de solutions aux conflits inhérents au dynamisme observé entre campagne et ville. Ainsi, à travers la méthode historique-critique-dialectique, concaténée avec une enquête et une analyse bibliographique et documentaire, nous cherchons à comprendre la configuration de l'espace rural et les relations champ-ville dans la Région Métropolitaine de Manaus (RMM). En ce sens, la ruralité, comprise comme une conception de la vie à la campagne, rassemble différents aspects qui

¹ O presente artigo e parte da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Geografia, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Bolsista Capes, mpds.geo15@uea.edu.br.



imprègnent le plan matériel et immatériel, compte tenu de ses dimensions politiques, environnementales, culturelles et économiques, apparaît comme un concept clé pour notre analyse, avec ses dimension économique mise en avant. On constate qu'en Amazonas, la production issue de l'agriculture familiale est majoritaire au regard du PIB agricole de l'Etat, en plus d'être responsable de l'activité d'une grande partie de la population résidant à la campagne. Cependant, les investissements dans le secteur sont rares, ce qui entrave l'accès des petits agriculteurs aux programmes de crédit et d'assistance destinés au secteur, revalidant l'importance des études destinées aux zones rurales en Amazonas.

Mots-clés: Ruralité, Relation pays-ville, Région métropolitaine de Manaus, Amazonas.

INTRODUÇÃO

As novas determinações impostas pelo atual modo de produção capitalista alteram as estruturas socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, processos que podem ser observados no campo de diferentes formas. Neste sentido, compreender os novos arranjos espaciais se torna fundamental para a elaboração de políticas públicas que contemplem as minorias e atendam as reais necessidades da população que ocupa espaços rurais, assim como, espaços urbanos.

Porém, observa-se o inverso. Há uma extrema dependência por parte do Estado em atender as demandas do capital privado em detrimento dos interesses da população residente no campo o que, no Brasil, tem atenuado diversos problemas como expropriação de terras, o aumento da fome e do número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Desta forma, o debate acerca do mundo rural, e de todas as facetas inerentes ao processo de produção do espaço agrário, bem como a relação campo-cidade, torna-se fundamental para fomentar as discussões e a busca por soluções, acerca das dinâmicas observadas de forma multiescalar.

A ruralidade, compreendida enquanto concepção da vida no campo, agrega diferentes aspectos que perpassam o plano material, incorporando a subjetividade e símbolos do espaço vivido, do plano imaterial, relacionando-se com as práticas e costumes comuns ao espaço rural e que, quando observados espacialmente, necessitam ser considerados em suas dimensões políticas, ambientais, culturais e econômicas (ALVES, 2021).

Pensar a ruralidade no Amazonas é fazer um exercício de delinear os caminhos para elucidação das engrenagens e mecanismos que induzem ao crescimento desigual observado no espaço rural – amazônico e brasileiro – representados pela dicotomia entre o pequeno e o grande produtor, por exemplo, refletidas no acesso ao crédito, ao apoio



técnico e mesmo a melhoria dos equipamentos que propiciam o escoamento da produção, etc.

Assim, através do levantamento e análise bibliográfica e documental, objetivamos discorrer sobre a ruralidade em sua dimensão Econômica, buscando identificar as dinâmicas materializadas no espaço rural da Região Metropolitana de Manaus – RMM – e que evidenciam as desigualdades que ocasionam, por vezes, a mudança do pequeno produtor para a cidade, seja em busca de trabalho, educação ou outras formas de manutenção de vida.

Para análise em questão, serão consideradas a população agrícola economicamente ativa e as atividades relacionadas à agricultura familiar, o PIB agropecuário da região, as dinâmicas comerciais e industriais ligadas ao setor de produção e da agricultura familiar, bem como dinâmicas próprias das cidades e sua interdependência com o campo, como as feiras livres e mercados municipais.

Neste sentido, observa-se que grande parte dos investimentos e da implantação de estruturas – rodoviárias e portuárias – não são pensadas para beneficiar atividades ligadas a agricultura familiar e de subsistência, mas sim, abrir caminho para a consolidação de atividades agrícolas e agropecuárias em larga escala; além disso, nota-se que estas estratégias acentuam a desigualdade no campo e aumentam a pressão sobre os pequenos proprietários e as famílias de agricultores que se veem forçados a buscar novas formas de subsistência.

Por conseguinte, a ruralidade desponta como conceito que possibilita a elucidação dos aspectos que permeiam a vida no campo a partir de uma relação com a natureza e outras formas de uso e exploração de seus recursos como forma de subsistência.

METODOLOGIA

As análises científicas exigem que sejam adotados métodos e técnicas de análises rigorosas, para que os objetivos delineados sejam alcançados de forma satisfatória. Neste sentido, na presente análise, recorreremos ao método histórico-crítico-dialético uma vez que foram considerados tanto dados qualitativos como dados quantitativos, ainda que utilizados para reforçar as análises qualitativas.

Sposito (2000) este método permite ao pesquisador, através da observação empírica dos fenômenos, considerar os movimentos e as transformações na paisagem e na estrutura



social e analisa-las de forma crítica e indutiva. Assim, observada a relação entre o ser humano e o meio ambiente e as dinâmicas resultantes, tornou-se evidente os elementos de transformação socioespacial a partir desta relação dialética, mas ao mesmo tempo, complementar.

Neste sentido, corroboramos com Sposito (2000) ao afirmarmos que “o homem é concebido como um ser histórico e social, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criando e transformando sua realidade social como essência” (SPOSITO, 2000, p. 357), desta forma, sujeito e objeto estão sempre dispostos de forma dinâmica o que nos possibilita perceber a realidade através da observação das marcas deixadas no tempo e no espaço, sendo estas nuances elementos importantes em nossa pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, recorreremos ao levantamento e revisão bibliográfica e documental, haja vista a importância do estabelecimento do estado da arte. Neste sentido, foram elencados alguns conceitos e teorias que consideramos serem basilares para nossas formulações; por conseguinte, recorreremos ainda à observações em loco, coleta de dados primários, registros fotográficos, sendo considerados ainda a oralidade dos atores sociais envolvidos no fenômeno observado, colaborando com o entendimento das relações socioeconômicas identificadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos que tem como foco de análise o espaço rural tem obtido destaque ao traçar considerações atuais a respeito das dinâmicas e processos do meio agrário, resultantes das novas formas assumidas pelo campo frente aos avanços da Globalização, exigindo outras conceituações que deem conta da totalidade dos processos políticos, econômicos, ambientais e culturais.

Na Amazônia, o rural tem características que conformizam o modo de vida do ribeirinho³ e preconiza um tempo mais lento, tranquilo, que se difere do ritmo observado nas grandes cidades e metrópoles.

Ao fazermos o resgate de autores comprometidos nos estudos do espaço rural, é possível pontuar o estabelecimento de alguns critérios para que uma dada área seja

³ É como são conhecidas, na Amazônia, as pessoas que habitam as margens dos rios e, com ele, mantem relações afetivas, sociais, econômicas.



caracterizada como rural, a exemplo de Abramovay (2000) e Veiga (2002) que propõem o tamanho populacional, a densidade demográfica e a localização como condicionantes para identificação dos espaços rurais.

Já Lefebvre (1969) aponta para uma apreensão diferente do espaço rural. Para este autor a vida no campo remete ao trabalho junto ao núcleo familiar e a produção para subsistência, sendo a comunidade rural marcada por sua relação de proximidade com a natureza, assim como das especificidades nas relações de trabalho.

Ao tecer considerações acerca dos espaços rural e urbano, Lefebvre (1969) indica caminhos para pensarmos estes espaços não de forma individual, particularizada, mas sim, a partir de suas articulações, de forma que o processo de urbanização não põe fim ao rural.

Considerando a essência amazônica e suas especificidades, é preciso identificar como processos observados em outras regiões se estabelecem em meio à floresta, e neste sentido, os estudos sobre as características das cidades amazônicas são fundamentais para o entendimento da totalidade regional.

De acordo com Oliveira (2000) as cidades localizadas na região amazônica caracterizam-se por tempos lentos e sua estreita relação com os rios, por onde se chega e se vai; o referido autor enfatiza que os núcleos urbanos da Amazonia foram sendo produzidos a partir do interesse primeiro em explorar economicamente a região acarretando em diversos problemas observados ainda hoje.

Assim, as primeiras formas de exploração da Amazônia, como no período da borracha, somadas, mais tarde, aos planos de integração nacional voltados à região Norte, impulsionaram o processo de urbanização, ocorrendo de forma mais acentuada em alguns núcleos urbanos e é neste contexto que Manaus passa de cidade ribeirinha (OLIVEIRA, 2000) a metrópole induzida (LIMA, 2010).

Neste sentido, ao analisar a configuração do espaço urbano-regional da na RMM Sousa (2015) enfatiza que mesmo os projetos implementados mais ressentidamente buscam legitimar-se através de uma necessidade em ocupar o “vazio da amazônico” e cita o caso da Zona Franca de Manaus como forma de atrair trabalhadores das mais distintas regiões do país, sobretudo do Nordeste.

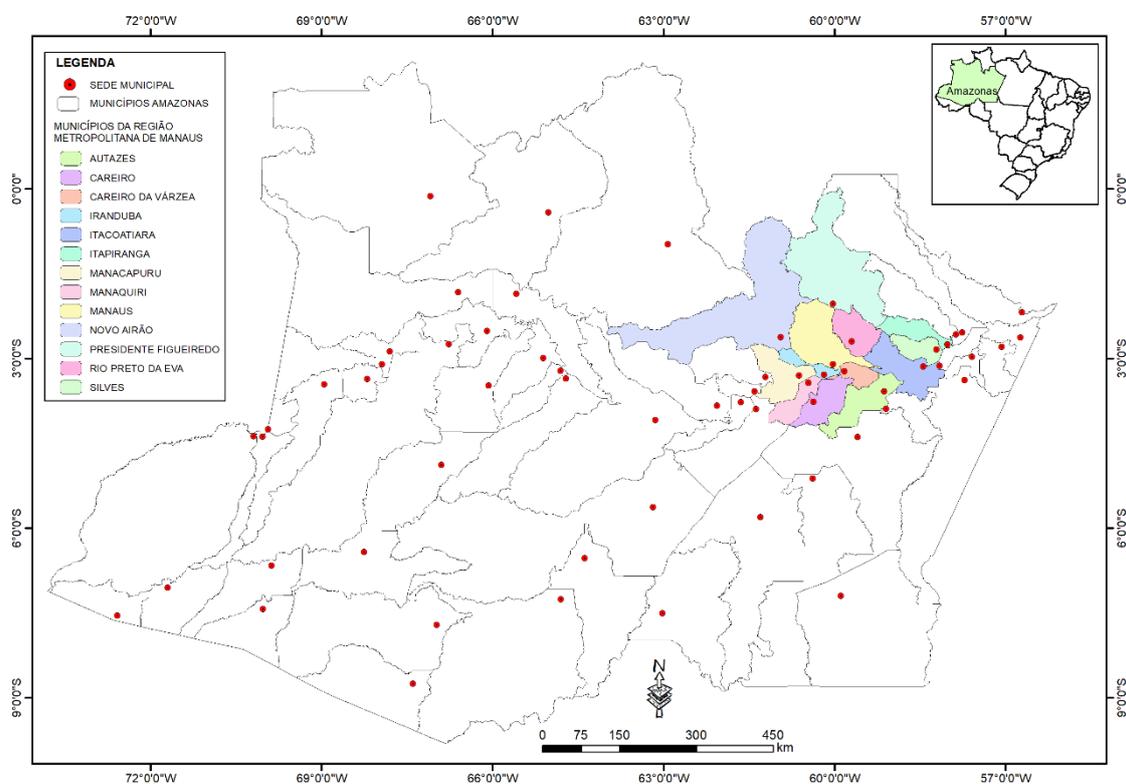
O espaço metropolitano no Amazonas é repleto de particularidades, desde a sua consolidação – por meio de Decreto, sem considerar as características territoriais, econômicas, etc – até mesmo quanto aos níveis de interação entre os municípios



intetreantes, sendo estabelecidas dinâmicas isoladas nestas cidades, havendo diferentes níveis de desenvolvimento entre espaços rurais e urbanos, bem como de um município para outro.

Segundo Sousa e Lima (2020) a RMM, composta por 13 municípios (figura 1), foi estabelecida juridicamente pelo Estado objetivando atender ao interesses do Capital e de agentes hegemônicos, que passaram a atuar de forma expressiva em alguns destes municípios.

Figura 1: Mapa de Localização de área de estudo – Região Metropolitana de Manaus (RMM)



Fonte: IBGE (2021); INDE (2021). Org.: SOUZA, M. P. (2021).

Havendo a necessidade de melhor compreender as novas determinações advindas com o processo de mudança que se estabelece, novas conceituações e formas de apreensão dos fenômenos do campo e da cidade emergem como possibilidade para formalização de estudos geográficos, tendo destaque no presente texto a Ruralidade e sua dimensão Econômica.

Conceitualmente, a Ruralidade tem tido destaque no campo teórico metodológico que busca outros caminhos para elucidar as novas dinâmicas do espaço rural contemporâneo e neste sentido “a dimensão econômica tem um papel importante na



discussão da ruralidade, pois representa a ação cotidiana do trabalho da população. Sendo assim, a visão dicotômica do espaço rural ser agrícola e a cidade comércio e indústria, está superada” (ALVES, 2020, p. 36).

Sob esta perspectiva, o campo não pode mais ser pensado como mero espaço da produção, uma vez que a natureza assume papel central nas relações socioeconômicas. Isso não quer dizer que o espaço rural deixa de ser o lugar onde se perpetua o modo de vida e de produção de base familiar, mas sim, que outras atividades e outros modos de subsistência passam a incorrer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território amazonense tem a natureza como sua principal característica sendo o verde da floresta predominante na paisagem rural, assim como em grande parte das áreas urbanas. Esta relação com a natureza assume papel fundamental não só para as relações sociais como também para o desenvolvimento econômico regional.

O Estado do Amazonas é composto por 62 municípios, dotados de dinâmicas próprias, símbolos e especificidades que estabelecem diferentes configurações e imprimem no território distintos marcos sociais, culturais, políticos e econômicos, evidenciando toda a riqueza, diversidade e a pluralidade do espaço amazônico.

Ao observarmos os municípios integrantes da RMM, notadamente, seu estabelecimento fez surgir diversas outras dinâmicas e subordinações indutoras de novas relações entre os municípios integrantes – Altazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves – e a metrópole – Manaus –, ainda que de formas e intensidades distintas.

A partir da construção da ponte sobre o Rio Negro, que dinamizou o fluxo entre Manaus e Iranduba e Manacapuru, tornou-se possível observar algumas características mais comuns às Regiões Metropolitanas, como a migração pendular entre os residentes destes municípios em direção a Manaus, maior integração econômica e a intensificação de fluxos de produtos. No caso em voga, estas novas relações podem ser compreendidas a luz da ruralidade, que segundo Alves (2017; 2020) se espacializa através de múltiplos aspectos – materiais e imateriais – e dimensões – econômica, política, cultural e ambiental.



Neste sentido, Manaus se estabelece como grande centro urbano consumidor de força de trabalho e da produção agrícola dos municípios circunvizinhos sendo ponto nodal importante para a economia regional.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a população estimada do Estado do Amazonas é de 4.207,714 pessoas sendo, desse total, em torno de 331 mil o número de trabalhadores que se dedicam exclusivamente a atividades agropecuárias e da agricultura familiar (IBGE, 2019; 2021).

Ao observarmos os percentuais de participação da agricultura familiar no valor total da produção agrícola do estado, destaca-se a importância do setor para a economia regional uma vez que, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário realizado em 2017, esta atividade representou cerca de 67,35% do valor total da produção agropecuária estadual, valor muito acima da média nacional, que ficou em 23% (IBGE, 2019).

No que se refere à atuação do governo estadual, destacamos algumas medidas empreendidas no campo e que visam beneficiar o pequeno produtor, como é o caso do Cartão do Produtor Primário (CPP), benefício destinado à pessoa física ocupada na atividade de produtor rural, que tem como principais objetivos a concessão de isenção fiscal, descontos na conta de energia elétrica, facilidades na emissão de notas fiscais bem como no processo de concessão da aposentadoria como trabalhador rural (IDAN, 2021).

Quanto às dinâmicas econômicas, comerciais e industriais, ligadas ao setor de produção agrícola de pequeno porte e da agricultura familiar, podemos evidenciar a importância que este setor assume para o abastecimento das cidades no estado, sobretudo se considerarmos a situação geográfica e as dimensões territoriais da região; se focalizarmos a RMM que concentra na metrópole, Manaus, mais de 50% de toda a população do Estado, a produção do campo assume papel crucial para a manutenção econômica do setor, bem como para o abastecimento da cidade.

Há uma demanda significativa por produtos advindos da agricultura familiar nos municípios integrantes da RMM, contudo, não se pode identificar políticas que proporcionem melhores condições de cultivo e escoamento dessa produção, havendo, desta forma, organizações em cooperativas e associações que visam proporcionar que os produtos cheguem ao mercado consumidor.

A produção nas cidades que compõe a RMM torna-se fundamental para a manutenção não só das famílias de produtores, mas também para quem compra estes

produtos, uma vez que os preços praticados são inferiores aos comumente encontrados nos supermercados e feiras convencionais de Manaus.

Cooperativas de produtores, comunidades e mesmo trabalhadores autônomos se organizam para promover a venda de suas produções ou mesmo da revenda de mercadorias adquiridas diretamente dos produtores organizando-se em feiras ao ar livre uma vez por semana em diferentes bairros da cidade de Manaus (Figura 1, 2 e 3).

Figura 2: Feira de rua no Bairro Novo Aleixo em Manaus/AM



Fonte: trabalho de campo, 2021.

Figura 3: Feira de rua no Bairro Cidade Nova, Manaus/AM



Fonte: trabalho de campo, 2021.



Figura 4: Feira de rua no Bairro Cidade Nova, Manaus/AM



Fonte: trabalho de campo, 2021.

Esse tipo de comércio tem se fortalecido à medida que cresce a demanda pelos produtos. Estes, por sua vez, têm preços atrativos ao consumidor, sendo este mais uma qualidade dada a alta dos preços dos alimentos de modo geral.

Nota-se que, além dos produtos vendidos *in-natura* há também produtos beneficiados, o que aumenta a margem de lucro dos comerciantes incentivando-os a dar continuidade a prática que tem se tornado cada vez mais comum nos bairros de Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo tem a cada dia reafirmado sua importância para a reprodução da vida nas cidades, cada vez mais dependente dos produtos vindos do campo, sobretudo nas cidades com maior concentração populacional.

Manaus conforma-se enquanto uma cidade que concentra a grande maioria da renda e da população de todo o Estado do Amazonas, *status* que demanda a cada dia o consumo de bens, serviços e produtos, sobretudo alimentícios.

Ainda que haja algumas iniciativas por parte do Estado em garantir melhorias necessárias aos produtores camponeses, nota-se que há muitos entraves para a real consolidação destas políticas, fazendo com que a ajuda não chegue a todos os



trabalhadores de forma igualitária, sendo comum observamos uma política de “toma lá, dá cá” em que as medidas de apoio aos ribeirinhos e ao pequeno produtor se dão apenas nos anos que antecedem os pleitos eleitorais para as cadeiras do governo nos mais diferentes esferas.

Deste modo, os programas e as políticas são empreendidos de forma pontual, sem um planejamento de longo prazo, sendo, em pouco tempo, descontinuadas, havendo o abandono ou mesmo mudanças que não colaboram para o real desenvolvimento desta parcela da população que muito colabora não somente para o desenvolvimento econômico como também para a manutenção da natureza e sua preservação.

Por fim, faz-se necessário que possamos pensar o rural na Amazônia de forma particular, considerando suas limitações e potencialidades através de projetos de médio e longo prazo, observadas as características e unicidades de cada porção do vasto território verde.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion. Dutra. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 6, n. 1, p. 27-46, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 109 p.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/pesquisa/24/76693>. Acesso em: maio de 2021.

IDAN – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS. **Cartão do produtor primário**. Disponível em:

<http://www.idam.am.gov.br/servicos/carteira-do-produtor/>. Acesso em: maio de 2021.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3ª ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1969.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem**: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-06042015-191044. Acesso em: 2021-10-24.



OLIVEIRA, José Aldemir, **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SOUSA, Isaque dos Santos. LIMA, Susane Patrícia Melo de. Materializações no espaço urbano-regional da Região Metropolitana de Manaus. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1178-1187 jan. 2020.

SPOSITO, Eliseu Sevério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18 n.51 São Paulo, 2004. p. 51-67.